



Ex-procurador-geral de Justiça do Rio é presidente do PRTB-RJ

Luciano Mattos lança candidatura ao Senado com foco no combate ao crime organizado

Com o discurso de enfrentamento à infiltração das organizações criminosas nas instituições públicas e de renovação da política, o ex-procurador-geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Luciano Mattos, teve sua candidatura ao Senado lançada durante a convenção estadual do PRTB, realizada na manhã desta segunda-feira (3). Recém-empossado presidente estadual da legenda, Luciano apresentou o projeto “Renova Rio”, iniciativa que, segundo ele, pretende mobilizar a sociedade em torno de um novo modelo de atuação política voltado para o enfrentamento dos principais desafios do estado e do país, com prioridade para a segurança pública.

Mais de três décadas no MPRJ

Natural de Niterói, Luciano Mattos construiu uma trajetória de mais de três décadas no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Foi promotor de Justiça, presidiu a Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (AMPERJ) por três mandatos e ocupou o cargo de procurador-geral de Justiça em dois mandatos consecutivos, aposentando-se neste ano.

Contribuição judiciária

Ao justificar sua candidatura, Luciano afirmou que pretende levar ao Congresso Nacional a experiência adquirida ao longo de sua carreira no Ministério Público para contribuir na elaboração de leis, exercer a fiscalização das ações do Poder Executivo e participar dos debates sobre temas estratégicos para o Estado do Rio de Janeiro e para o país. “Ao assumir a presidência estadual do PRTB, me propus a renovar a política de nosso estado. Precisamos urgentemente nos mobilizar e lutar contra os graves problemas que estamos enfrentando e que cada vez mais se agravam”, afirmou.

Interiorização da instituição

Durante sua gestão à frente do Ministério Público, Luciano Mattos implementou a política de interiorização da instituição, realizando visitas às promotorias em diversas regiões do estado para conhecer de perto as demandas locais e a realidade enfrentada pela população. Segundo ele, a mesma estratégia será adotada na condução do partido, com a criação de diretórios municipais e a ampliação da presença da legenda no interior fluminense, buscando fortalecer o projeto político para as eleições. “Estamos iniciando uma nova fase da legenda. Com foco e determinação, o Estado do Rio tem jeito”, declarou.

Caso eleito, Luciano Mattos afirma que pretende atuar na elaboração de leis, na fiscalização do Poder Executivo e na defesa de medidas voltadas ao fortalecimento das instituições públicas e ao combate à atuação do crime organizado no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil.

Canella muda de rota

O prefeito de Belford Roxo, Márcio Canella, anunciou que desistiu de disputar uma vaga no Senado nas eleições deste ano. A decisão foi divulgada em vídeo nas redes sociais. Em vez da corrida ao Congresso Nacional, ele buscará um novo mandato como deputado estadual na Assembleia Legislativa do Rio.

Prioridades

Ao explicar a mudança de planos, Márcio Canella afirmou que a decisão foi tomada após conversas com seu grupo político. Segundo ele, a prioridade é permanecer atuando diretamente em favor de Belford Roxo e dos municípios da Baixada Fluminense, mantendo presença na política estadual.

Agradecimento

Canella agradeceu aos eleitores e aliados que defendiam sua candidatura ao Senado. O ex-prefeito afirmou que recebeu incentivos para entrar na disputa e citou pesquisas de intenção de voto nas quais aparecia em posição de destaque, agradecendo a confiança demonstrada pelos apoiadores.

Segurança

Ao justificar a candidatura à Alerj, Márcio Canella afirmou que pretende continuar trabalhando por pautas ligadas à segurança pública, à saúde e à qualidade de vida da população da Baixada Fluminense. Segundo ele, a região precisa de parlamentares comprometidos com essas demandas.

Continuidade

Na mensagem divulgada nas redes sociais, Márcio Canella afirmou que pretende dar sequência às ações desenvolvidas na Baixada Fluminense. Segundo o prefeito, as conquistas obtidas até agora não podem ser interrompidas e continuarão sendo defendidas em um novo mandato parlamentar.

Quer saber primeiro?

Lembrando que o Correio da Manhã publicou, em primeira mão, que Márcio Canella concorreria à Alerj, abrindo mão da candidatura ao Senado Federal. Com o anúncio feito nesta segunda-feira, a informação se consolida. Quer saber primeiro? Leia o Correio da Manhã!



Com o fim do recesso do Judiciário, STF retomou seus trabalhos

Supremo Tribunal Federal retoma suas atividades

Corte derruba restrição de isenção fiscal de veículos para PCDs e autistas

Por **Gabriela Gallo**

Após o recesso do Poder Judiciário, o Supremo Tribunal Federal (STF) retomou suas atividades. Logo na primeira sessão no plenário, nesta segunda-feira (3), a Corte derrubou, por unanimidade, o trecho da Reforma Tributária (Lei Complementar nº 214/2025) que restringia a isenção fiscal para compra de automóveis por pessoas com deficiência (PCDs) ou com Transtorno do Espectro Autista (TEA), julgando as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 7779 e 7790 como inconstitucionais.

Nesta quarta-feira (5), os ministros também retomam o julgamento que amplia o alcance da Lei Maria da Penha em casos de violência de gênero contra a mulher mesmo quando não há vínculo familiar ou afetivo com o agressor.

Além dos temas citados, a Corte tem uma série de temas para serem analisados no segundo semestre.

Dentre os tópicos, está agendado para o dia 19 de agosto a retomada do julgamento no plenário da Corte que avaliará se o chamado “mandato-tampão” do governo do Rio de Janeiro, que se encerrará em 31 de dezem-

bro deste ano, deve ser realizado por eleições diretas ou indiretas.

UBERIZAÇÃO

No final do mês, os onze ministros do Supremo retomam a discussão acerca da chamada “uberização”.

O termo adotado se refere à discussão sobre a existência, ou a falta, de um vínculo empregatício entre os motoristas de aplicativo (sejam motoristas de corrida ou de entregas) e as respectivas empresas.

Inicialmente o tema seria discutido ainda no primeiro semestre deste ano, mas o presidente do STF, ministro Edson Fachin, determinou o adiamento da discussão após a Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovar a Convenção nº 193, que é a primeira norma internacional voltada para as regras de trabalho em plataformas digitais.

Com a mudança, Fachin determinou que as partes envolvidas no processo se manifestem sobre a nova convenção da OIT.

Ao Correio da Manhã, o advogado especialista em direito trabalhista e sócio da Advocacia Maciel Pedro Maciel destacou que o tema “está longe de ser uma unanimidade” entre as partes envolvidas, e entre os ministros.